

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	21
1. INTRODUÇÃO.....	23
2. ORIGENS E FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA TEORIA DISCURSIVA.....	31
2.1. O alicerce filosófico e a origem da dicotomia regras/ princípios	32
2.1.1. Os limites da razão pura teórica: o que eu posso conhecer?	34
2.1.2. Os fundamentos da razão pura prática: o que <i>eu</i> devo fazer?	38
2.1.3. A distinção estrutural entre deveres perfeitos e imperfeitos.....	42
2.2. Transfigurações da dimensão valorativa na passagem do século XIX ao XX	46
2.2.1. O neokantismo da Escola de Baden.....	48
2.2.2. A fórmula Radbruch	50
2.2.3. A necessidade de justificação racional de argumentos morais.....	52
2.3. Algumas repercussões do giro linguístico na Filosofia Moral contemporânea	55
2.3.1. O discurso prático sob as <i>formas de vida</i>	56
2.3.2. O surgimento da razão comunicativa	60

2.3.3.	Esboço de uma teoria geral do discurso prático racional.....	62
2.4.	Considerações intermediárias	67
3.	TRAÇOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA DISCURSIVA.....	71
3.1.	Aspectos decisivos na teoria dos princípios	72
3.1.1.	O conceito de norma de direito fundamental e a dogmática da discricionariedade.....	73
3.1.2.	A distinção estrutural entre regras e princípios e a <i>lei de colisão</i>	78
3.1.3.	A máxima da proporcionalidade e as leis (material e epistêmica) do sopesamento	83
3.2.	Aspectos decisivos na teoria da argumentação jurídica	92
3.2.1.	A tese do caso especial e a <i>pretensão de correção</i>	93
3.2.2.	Os traços fundamentais da argumentação jurídica.....	96
3.2.3.	A interdependência entre o discurso jurídico e o discurso prático geral.....	104
3.3.	A relação entre Direito e Moral: conceito, validade e a (dupla) natureza	106
3.3.1.	As teses da conexão e separação entre Direito e Moral: a perspectiva do observador.....	107
3.3.2.	Os argumentos em favor da tese da conexão: a perspectiva do participante	110
3.3.3.	O não-positivismo inclusivo e a <i>dupla natureza do Direito</i>	112
3.4.	Considerações intermediárias	115
4.	DA TEORIA À PRÁTICA: REFLEXÕES E CONTRAPONTOS..	119
4.1.	O que a teoria dos princípios e da argumentação jurídica podem nos oferecer?	120
4.1.1.	O caso <i>Vanusa</i> : concursos públicos e a aplicação da “teoria do fato consumado”	120
4.1.2.	A metodologia da máxima da proporcionalidade.....	124

4.1.3. Regras e formas dos discursos jurídico e prático geral	127
4.2. Três possíveis objeções à teoria discursiva.....	131
4.2.1. Quanto à teoria dos princípios como mandamentos de otimização	132
4.2.2. Quanto à teoria da argumentação jurídica.....	136
4.2.3. Quanto ao argumento da injustiça do não- positivismo inclusivo.....	140
4.3. Uma questão de paradigma filosófico e seus desdobramentos práticos	143
4.3.1. Normas de direito fundamental enquanto deveres latos e imperfeitos.....	144
4.3.2. A margem de indeterminação da teoria geral do discurso prático racional	148
4.3.3. Direitos fundamentais, argumentação jurídica e limites interpretativos	151
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS	163
APÊNDICE A – INDAGAÇÕES A ROBERT ALEXY	171